XXXIII Congresso Brasileiro de Custos
17, 18 e 19 de novembro de 2026
- Porto de Galinhas / PE -

IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO CONTÁBIL E DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO DE UM CONDOMÍNIO

PAULO VITOR BERNARDO MORAES (UNIOESTE) - paulo_m49@live.com

Fabíola Graciele Besen (UNIOESTE) - fabiolagracielebesen@gmail.com

Marcos ANDRADE (UNIOESTE) - marcos.consultor@hotmail.com

Resumo:

O presente estudo buscou compreender se os instrumentos contábeis utilizados contribuíram para a transparência, o controle e a eficiência da gestão. Além disso, o estudo apontou fragilidades, propôs melhorias e verificou o alinhamento das práticas observadas com as orientações das normas contábeis pertinentes. O objetivo é analisar como a contabilidade gerencial na administração condominial pode auxiliar na gestão de um condomínio no município de Foz do Iguaçu – PR. A pesquisa classifica-se como descritiva, qualitativa e estruturada como estudo de caso em um condomínio residencial específico. Os resultados evidenciaram que a implantação de ferramentas da contabilidade gerencial contribuiu significativamente para a melhoria da gestão condominial. Foram identificadas falhas relacionadas ao rateio inadequado das despesas, ausência de obrigações, insuficiência de controles gerenciais e baixa transparência na prestação de contas. A adoção de instrumentos de controle, análise e planejamento possibilitou a reorganização financeira do condomínio, observou-se ainda maior previsibilidade orçamentária, redução de riscos operacionais e aumento da confiança dos condôminos na administração, demonstrando que a contabilidade gerencial exerce papel fundamental na eficiência da gestão condominial.

Palavras-chave: *Gestão condominial; Contabilidade Gerencial; Ferramentas Gerenciais.*

Área temática: *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO CONTÁBIL E DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO DE UM CONDOMÍNIO

Resumo: O presente estudo buscou compreender se os instrumentos contábeis utilizados contribuíram para a transparência, o controle e a eficiência da gestão. Além disso, o estudo apontou fragilidades, propôs melhorias e verificou o alinhamento das práticas observadas com as orientações das normas contábeis pertinentes. O objetivo é analisar como a contabilidade gerencial na administração condominial pode auxiliar na gestão de um condomínio no município de Foz do Iguaçu – PR. A pesquisa classifica-se como descritiva, qualitativa e estruturada como estudo de caso em um condomínio residencial específico. Os resultados evidenciaram que a implantação de ferramentas da contabilidade gerencial contribuiu significativamente para a melhoria da gestão condominial. Foram identificadas falhas relacionadas ao rateio inadequado das despesas, ausência de obrigações, insuficiência de controles gerenciais e baixa transparência na prestação de contas. A adoção de instrumentos de controle, análise e planejamento possibilitou a reorganização financeira do condomínio, observou-se ainda maior previsibilidade orçamentária, redução de riscos operacionais e aumento da confiança dos condôminos na administração, demonstrando que a contabilidade gerencial exerce papel fundamental na eficiência da gestão condominial.

Palavras – chave: Gestão condominial; Contabilidade Gerencial; Ferramentas Gerenciais.

Área Temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

1 INTRODUÇÃO

A gestão contábil em condomínios tem se tornado um campo de estudo cada vez mais relevante, impulsionado pelo crescente número de edificações residenciais e comerciais e pela necessidade de uma administração transparente e eficaz. A complexidade de gerir um condomínio — que muitas vezes funciona como uma "associação sem fins lucrativos", com volume significativo de recursos financeiros e patrimoniais — demanda a aplicação de conhecimentos e ferramentas contábeis (Santos, 2017). Condomínios são, em essência, sociedades privadas, onde proprietários de frações ideais de um mesmo imóvel compartilham não apenas um espaço físico, mas também interesses e responsabilidades comuns (Santos, 2017).

Estudos como o de Badue, Silva e Leal (2020) já indicavam a importância da informação contábil gerencial na administração de condomínios, revelando que síndicos consideram a prestação de contas, o controle de fluxo de caixa e a tomada de decisões como os benefícios mais relevantes — percepção corroborada por Feliciano e Leal (2012), que também destacaram a importância dessa informação para a elaboração do orçamento e o controle do fluxo de caixa.

Santos e Souza (2022) enfatizam que a contabilidade gerencial é um instrumento essencial para o controle e a gestão condominial, proporcionando confiabilidade e transparência nas informações administrativas, econômicas e financeiras, além de permitir detectar a saúde financeira do empreendimento. De forma similar, Gaboardi et al. (2019) demonstraram o papel da informação contábil no controle de gestão e na

aprovação das contas em assembleia geral, ressaltando o crescimento e a importância desse segmento no Brasil.

Apesar de os condomínios não possuírem personalidade jurídica nem objetivo de lucro, a contabilidade é essencial para o controle do patrimônio e a prestação de contas. Lourenço (2021) explora a contribuição do profissional contábil na gestão estratégica de condomínios, destacando o uso das informações contábeis para a transparência, a segurança do patrimônio e a tomada de decisões. Nesse sentido, a Lei nº 10.406/02, Artigo 1.348, inciso VIII do Código Civil, estabelece que a prestação de contas do síndico à assembleia deve ser feita anualmente, ou sempre que exigida — devendo o gestor apresentar tais informações aos condôminos para respeitar a legislação.

No entanto, a implementação de uma gestão contábil eficaz em condomínios ainda enfrenta desafios. Santos (2017) identificou falhas na administração de condomínios, como a falta de documentação hábil e o não cumprimento de normas, ressaltando a importância da profissionalização da gestão. Oliveira e Pereira (2021) abordam o tratamento contábil das obrigações acessórias, evidenciando a necessidade de profissionais qualificados para evitar multas e restrições por atraso no cumprimento dos prazos.

Nesse contexto, a análise e o controle de custos assumem papel central na gestão condominial, uma vez que possibilitam identificar, mensurar e acompanhar os gastos diretos e indiretos incorridos na manutenção das áreas comuns, na prestação de serviços e no pagamento de fornecedores. Segundo Martins (2018), o conhecimento detalhado da estrutura de custos permite não apenas o controle mais preciso das despesas, mas também a identificação de desperdícios e ineficiências, favorecendo decisões mais assertivas quanto à alocação dos recursos arrecadados. No âmbito condominial, esse acompanhamento é essencial para evitar reajustes excessivos na cota condominial, otimizar contratos de manutenção e serviços terceirizados, além de subsidiar o planejamento de investimentos futuros. Dessa forma, a gestão de custos, aliada às demais ferramentas da contabilidade gerencial, contribui diretamente para o equilíbrio financeiro do condomínio e para a sustentabilidade da administração a longo prazo.

Diante dessa realidade, a questão central que impulsiona este trabalho é: De que forma a contabilidade gerencial pode auxiliar na gestão de condomínios? O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar as contribuições da contabilidade gerencial para a gestão condominial, com foco em um condomínio situado no município de Foz do Iguaçu – PR.

Esse estudo se justifica para o planejamento de investimentos futuros, visando aprimorar o ambiente, proporcionar mais conforto e, sobretudo, gerar economia para o coletivo no condomínio. Uma gestão contábil transparente e eficiente não só assegura a tranquilidade dos proprietários, mas também impulsiona melhorias significativas na segurança, no convívio social e na qualidade de vida dos moradores. A clareza das informações financeiras é, portanto, um pilar para a confiança e a boa governança no condomínio. Além disso, este estudo contribuiu com conhecimentos práticos e teóricos para futuros gestores condominiais.

Para alcançar esses propósitos, este artigo está estruturado em cinco seções principais: a introdução, que contextualiza o tema, apresenta o problema de pesquisa e os objetivos do estudo; o referencial teórico, que revisa criticamente a literatura existente sobre contabilidade gerencial e gestão condominial, buscando aprofundar as discussões; e os procedimentos metodológicos, que detalham a metodologia empregada, incluindo o universo da pesquisa, a coleta e análise dos dados, e os objetivos específicos do trabalho, e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Administração de condomínios

A administração financeira condominial é uma área da contabilidade aplicada que requer planejamento técnico, normativo e estratégico, especialmente em tempos de instabilidade econômica. Segundo Feliciano & Leal(2012) o síndico é o representante legal do condomínio e a regra também é válida para as questões contábeis, onde ele tem o dever de acompanhar e manter em ordem as contas condominiais podendo responder civil e até mesmo criminalmente pelos seus atos à frente do condomínio.

De acordo com a ITG 2005 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as entidades sem finalidade de lucros devem manter escrituração contábil completa, com base no regime de competência, de forma a evidenciar com clareza a situação patrimonial e o resultado de suas atividades. Nesse contexto, “a contabilidade passa a ter papel fundamental na gestão dos condomínios, ao registrar os atos e fatos da gestão patrimonial, com intuito de fornecer informações confiáveis aos usuários e proteger o patrimônio dos condôminos” (CFC, 2017).

Entre os instrumentos essenciais para o processo de gestão estão o controle de fluxo de caixa, entradas e saídas, os relatórios de inadimplentes, os relatórios de conciliação bancária, o planejamento orçamentário, o controle de pagamento de pessoal, recebimentos dentre outros.

Badue, Silva e Leal (2020), em um estudo sobre a percepção dos síndicos no processo de gestão dos condomínios, observaram que em sua maioria os síndicos percebem o uso da contabilidade gerencial e financeira no processo de gestão dos condomínios.

2.2 Contabilidade gerencial

A contabilidade gerencial atua como um sistema de informação, fornecendo dados e relatórios que subsidiam o planejamento, o controle e a tomada de decisões por parte dos gestores condominiais e condôminos. Conforme destacado por Marion e Ribeiro (2014), a contabilidade gerencial orienta a administração para uma demonstração confiável das informações, prezando pelo patrimônio comum.

Para Crepaldi (2014), a contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade que auxilia na gestão empresarial, relacionando-se com a utilização de recursos econômicos da empresa. Horngren, Foster e Datar (2000) ressaltam que um dos objetivos da contabilidade gerencial é o fornecimento de informações para a definição de estratégias gerais em uma visão de longo prazo, contribuindo para as decisões, contudo, todos estão corretos em suas afirmações.

De acordo com Padoveze (2010), a contabilidade gerencial tem como principal função transformar dados contábeis em informações relevantes para a gestão, apoiando o administrador na tomada de decisões que visam à eficiência e à transparência na utilização dos recursos.

A correta utilização de ferramentas e artefatos de gestão no âmbito condominial revela- se fundamental para assegurar eficiência operacional, transparência e ordenamento das atividades administrativas, financeiras e de manutenção. Conforme apontado por Santos (2024), a contabilidade gerencial emerge como instrumento indispensável para o controle adequado das receitas e despesas, favorecendo a credibilidade junto aos condôminos e promovendo uma

gestão mais organizada.

Souza (2024) demonstrou em seu estudo que a profissionalização da gestão condominial que depende justamente da adoção de sistemas, relatórios, procedimentos padronizados e comunicação estruturada contribui para a preservação do patrimônio comum e para a convivência harmoniosa entre os usuários do condomínio. Diante disso, negligenciar a implementação de tais recursos não é apenas uma perda de oportunidade, mas pode significar um risco à sustentabilidade, à conformidade legal e à satisfação dos moradores no ambiente coletivo.

2.3 Artefatos da contabilidade gerencial

A gestão contábil segundo Padoveze (2010), aplicada aos condomínios possui importância estratégica, pois oferece suporte informacional indispensável para orientar decisões administrativas, aprimorar o planejamento e garantir maior eficiência no acompanhamento e controle das operações.

As ferramentas da contabilidade gerencial são essenciais para a saúde financeira dos condomínios. A transparência na gestão financeira é um pilar fundamental da contabilidade condominial. A prestação de contas, exigida legalmente, deve ser apresentada anualmente e conter demonstrações que permitam o controle do patrimônio e das transações, incluindo balanço patrimonial, receitas e despesas segregadas por natureza e centro de custo. A falta de clareza pode gerar desconfiança e aumentar a inadimplência, afetando diretamente a estabilidade financeira do condomínio (Santos 2024).

A administração de inadimplência é, inclusive, um dos maiores desafios enfrentados pelos condomínios, comprometendo a liquidez e dificultando o cumprimento das obrigações financeiras conforme (Santos 2024). A Tabela 1 apresenta algumas ferramentas da Contabilidade Gerencial.

Tabela 1
Ferramentas da Contabilidade Gerencial

Ferramenta da Contabilidade Gerencial	Conceito	Importância na Gestão Condominial
Orçamento Condominial	É um plano financeiro que estima receitas e despesas para determinado período, permitindo o controle e o planejamento das atividades do condomínio.	Permite prever gastos mensais, planejar manutenções e evitar déficits financeiros, garantindo o equilíbrio orçamentário e transparência.
Controle de Fluxo de Caixa	Ferramenta que demonstra todas as entradas e saídas de recursos financeiros, indicando a liquidez e a capacidade de pagamento.	Garante a correta gestão dos recursos condominiais, evita inadimplência e permite ao síndico acompanhar a saúde financeira do condomínio em tempo real.
Análise de Custos	Processo de identificação, mensuração e controle dos custos diretos e indiretos das atividades da entidade.	Auxilia na identificação de gastos desnecessários e na redução de custos operacionais, promovendo eficiência na utilização das contribuições condominiais.
Indicadores de Desempenho	Medidas quantitativas usadas para avaliar o desempenho financeiro e operacional.	Permitem acompanhar a eficiência da administração, como índices de inadimplência, custos de manutenção e consumo.
Relatórios Gerenciais	Documentos elaborados pela contabilidade que sintetizam informações financeiras e operacionais, voltados à tomada de decisão, como Balanço Patrimonial, DRE e	Favorecem a transparência e a prestação de contas aos condôminos, além de apoiar o síndico nas decisões de gestão e planejamento.

Ferramenta da Contabilidade Gerencial	Conceito	Importância na Gestão Condominial
	Balancetes.	
Planejamento Estratégico	Processo que define objetivos, metas e ações para orientar as atividades da entidade a longo prazo.	Direciona a administração condominial para metas de melhoria contínua, valorização do patrimônio e satisfação dos moradores.

Fonte: Brewer (2013), Padoveze (2010), Martins (2018), Horngren (2014), Oliveira (2001).

Entre as principais ferramentas gerenciais utilizadas em condomínios, destaca-se o orçamento empresarial, que, conforme Garrison, Noreen e Brewer (2013), consiste em um plano financeiro elaborado para estimar receitas e despesas de determinado período, orientando o controle e o planejamento das operações. No contexto condominial, esse instrumento permite prever gastos mensais, planejar manutenções preventivas e assegurar o equilíbrio financeiro, promovendo maior previsibilidade e transparência na gestão. Marion (2015) aponta que a previsão orçamentária em entidades sem fins lucrativos deve considerar o histórico de gastos, contratos vigentes, reajustes previstos e despesas variáveis, devendo ser construída de forma participativa e validada em assembleia, incluindo a previsão de investimentos e benfeitorias.

O Planejamento Orçamentário, que permite prever gastos e receitas evitando desequilíbrios financeiros, constitui-se, junto ao processo de planejamento, em elemento central do controle gerencial na maior parte das organizações, possuam elas fins lucrativos ou não (Martins, 2018).

Outra ferramenta essencial é o controle de fluxo de caixa, responsável por demonstrar as entradas e saídas de recursos e revelar a capacidade de pagamento da entidade. Padoveze (2010) ressalta que o fluxo de caixa é um dos principais instrumentos de acompanhamento da liquidez, permitindo que o síndico monitore o comportamento financeiro do condomínio. Já a análise de custos, segundo Martins (2018), possibilita compreender e controlar os custos diretos e indiretos, identificando desperdícios e promovendo o uso racional dos recursos, reduzindo despesas operacionais e otimizando o rateio entre condôminos.

O uso de indicadores de desempenho também é uma forma eficaz de medir a eficiência administrativa. Para Horngren et al. (2014), os indicadores são métricas quantitativas que refletem o desempenho financeiro e operacional, permitindo, no contexto condominial, monitorar a inadimplência, o consumo de recursos e o cumprimento do orçamento. Os relatórios gerenciais, por sua vez, sintetizam informações financeiras e operacionais e servem de base para a tomada de decisão e a prestação de contas (Padoveze, 2010), oferecendo aos condôminos uma visão clara da aplicação dos recursos e da saúde financeira do condomínio (Marion, 2015). A esses relatórios somam-se controles operacionais, como o Controle de Recebimentos e o Controle de Contas a Pagar, essenciais para o gerenciamento diário (Feliciano & Leal, 2012; Gaboardi, 2019).

Por fim, o planejamento estratégico, definido por Oliveira (2001) como o processo que estabelece objetivos, metas e ações de longo prazo, permite direcionar esforços para a valorização do patrimônio, a melhoria dos serviços e a satisfação dos moradores. Dessa forma, observa-se que a aplicação conjunta dessas ferramentas da contabilidade gerencial contribui significativamente para a eficiência, a transparência e a sustentabilidade financeira da administração condominial, fortalecendo a confiança entre síndicos e condôminos.

2.4 Gestão de custos

A gestão de custos pode ser definida como o processo de identificação, mensuração, classificação e controle dos gastos incorridos na manutenção e no funcionamento de uma entidade, sejam eles diretos ou indiretos, fixos ou variáveis. Segundo Martins (2018), compreender a origem e o comportamento dos custos é essencial para que a administração tenha clareza sobre onde e como os recursos estão sendo aplicados, possibilitando decisões mais assertivas quanto à alocação do orçamento disponível. No contexto condominial, os custos abrangem despesas como manutenção predial, contratos de prestação de serviços, folha de pagamento de funcionários, consumo de água e energia, além de encargos trabalhistas e tributários, cuja correta apuração é indispensável para a saúde financeira do empreendimento.

Como ferramenta da contabilidade gerencial, a gestão de custos ultrapassa a simples função de registro contábil, atuando como instrumento estratégico de apoio à tomada de decisão. Padoveze (2010) destaca que a contabilidade gerencial utiliza a análise de custos para transformar dados financeiros brutos em informações úteis, permitindo à administração identificar ineficiências, renegociar contratos e reorganizar processos internos. No condomínio estudado, essa aplicação prática pôde ser observada por meio da parametrização das contas trabalhistas, da revisão dos contratos de prestação de serviços e da individualização do consumo de água, medidas que resultaram em maior controle sobre os gastos e em uma distribuição mais equilibrada das despesas entre os condôminos.

Quanto à sua finalidade, a gestão de custos tem como propósito central assegurar o uso eficiente dos recursos arrecadados, evitando desperdícios e promovendo a sustentabilidade financeira da entidade a longo prazo. Reis et al. (2013) reforçam que a apuração técnica dos custos é condição essencial para a elaboração de prestações de contas fidedignas, capazes de gerar confiança entre a administração e os condôminos. Dessa forma, além de subsidiar decisões administrativas, a gestão de custos cumpre também um papel de transparência, contribuindo para a legitimidade da gestão e para a valorização do patrimônio condominial.

2.5 Estudos Anteriores

Diversos estudos já exploraram a aplicação da contabilidade gerencial na administração condominial, oferecendo valiosas perspectivas sobre o tema. Badue, Silva e Leal (2020) buscaram compreender as características pessoais e comportamentais dos síndicos e como elas influenciam o uso da informação contábil gerencial e financeira no processo de decisão, identificando que a prestação de contas, o controle de fluxo de caixa e a tomada de decisões são os benefícios mais percebidos.

Na mesma linha, Feliciano e Leal (2012) abordaram a utilização da informação contábil gerencial na gestão de condomínios, confirmando a relevância da contabilidade para a elaboração orçamentária e o controle financeiro, reforçando a importância do uso sistemático de informações na administração condominial.

Sobre a gestão de custos em condomínios, Reis et al. (2013) desenvolveram um estudo empírico voltado à apuração e à classificação dos custos condominiais, evidenciando que a qualidade das prestações de contas está diretamente relacionada à forma como os custos são registrados e detalhados pela administração. Os autores destacam que falhas na apuração dos custos comprometem a transparência da gestão e dificultam a fiscalização por parte dos condôminos, reforçando a necessidade

de controles contábeis mais rigorosos nesse tipo de entidade..

Espíndola e Mendonça de Melo (2019) conduziram um estudo descritivo em um condomínio residencial do Distrito Federal, analisando como as ferramentas de planejamento, orçamento e custos contribuem para a eficiência da gestão financeira. Os autores concluíram que esses instrumentos possibilitam maior controle de receitas e despesas, redução de custos, valorização imobiliária e maior satisfação dos moradores e condôminos.

Gaboardi *et al.* (2019) investigaram o modelo de gestão contábil e a parametrização nas prestações de contas em condomínios, confirmando a importância da contabilidade para a tomada de decisões dos gestores e condôminos, sobretudo pela organização e sistematização das informações financeiras.

Queiroga (2019) realizou um estudo voltado ao rateio das despesas condominiais, discutindo a relevância da interpretação sistemática do Código Civil para evitar injustiças e possíveis casos de enriquecimento ilícito, destacando a necessidade de critérios justos e bem fundamentados no processo de rateio.

Lourenço (2021) analisou o papel do contador na gestão estratégica de um condomínio residencial, destacando a relevância das informações contábeis para a tomada de decisões e para a elaboração de planejamentos e controles das atividades condominiais. Da mesma forma, Oliveira e Pereira (2021) abordaram o uso da contabilidade na gestão dos condomínios, com foco nas obrigações acessórias, enfatizando a importância de profissionais qualificados para evitar erros e multas.

3 METODOLOGIA

Este capítulo detalha os procedimentos e as técnicas que foram empregados para atingir os objetivos propostos. A pesquisa foi classificada quanto à sua natureza, aos seus fins e aos seus meios. O estudo adota uma abordagem dedutiva, que parte de teorias e conhecimentos gerais para testar e aplicar em casos específicos.

A pesquisa é descritiva, que conforme Gil (2002), busca descrever as características de determinada população ou fenômenos, ou estabelecer relações entre variáveis. No âmbito da administração condominial, a pesquisa descreveu as práticas da gestão contábil adotadas, das ferramentas utilizadas, dos relatórios gerados e da percepção dos envolvidos sobre a relevância dessas informações. A descrição permitiu identificar como as atividades contábeis são realizadas e quais são os principais elementos envolvidos no processo de gestão financeira do condomínio.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e conforme Richardson (1999), a pesquisa qualitativa busca descrever a complexidade de determinado problema, analisar as variáveis e compreender processos.

Esta pesquisa se classifica como um estudo de caso. Conforme Gil (2012), o estudo de caso se caracterize pela análise profunda de um ou poucos objetos, permitindo um conhecimento amplo e detalhado. Neste trabalho, o "caso" foi um condomínio residencial específico. A escolha de um estudo de caso único permitiu investigar em detalhes a aplicação das ferramentas da contabilidade gerencial e os desafios enfrentados, proporcionando pontos valiosos.

A principal técnica de coleta de dados foi a pesquisa documental. A pesquisa documental, segundo Marconi e Lakatos (2007), caracteriza-se pela fonte de coleta de dados restrita a documentos, sejam eles escritos ou não, constituindo o que se define como fonte primária ou secundária, e podem ser recolhidas quando o fato ocorre antes ou depois. Foram analisados documentos financeiros e contábeis do

condomínio, como balancetes, relatórios de receitas e despesas, comprovantes de pagamentos, contratos com fornecedores, prestadores, atas de assembleias e outros documentos pertinentes à gestão. O período analisado foi o ano de 2025, levando em consideração a data de constituição do condomínio. A Tabela 2 apresenta os documentos utilizados na análise.

Tabela 2
Documentos analisados na gestão financeira condominial

Categoria de Documento	Descrição / Conteúdo	Finalidade / Importância
Demonstrativos Financeiros	Incluem balancetes mensais e anuais, demonstrações de receitas e despesas, e relatórios de fluxo de caixa operacional.	Permitem compreender a situação econômica e financeira do condomínio em períodos específicos e ao longo do tempo.
Comprovantes de Receitas e Despesas	Notas fiscais, recibos, extratos bancários, guias de pagamento de tributos e folha de pagamento de funcionários.	Fundamentais para verificar a exatidão dos registros contábeis e a conformidade com as normas legais e fiscais.
Atas de Assembleias	Atas de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, contendo decisões sobre orçamentos, prestações de contas, investimentos e reajustes de taxas.	Importantes para identificar aprovações e deliberações financeiras e administrativas relevantes.
Convenção Condominial e Minuta do Regimento Interno	Documentos que definem as normas internas de gestão financeira, rateio de despesas, fundo de reserva e atribuições do síndico e conselhos.	Esclarecem as regras que regem a administração financeira e operacional do condomínio.

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Após a coleta, os dados foram organizados e processados por meio de planilhas financeiras. Essa ferramenta permitiu a categorização das receitas e despesas, o cálculo de indicadores financeiros, como percentuais de gastos por categoria, evolução da inadimplência, e a criação de gráficos e tabelas para facilitar a visualização e interpretação. Isso envolveu a apresentação de médias, percentuais e gráficos que trouxeram as informações financeiras do condomínio.

A interpretação dos dados tabulados foi realizada qualitativamente, confrontando as informações documentais com os conceitos e teorias da contabilidade gerencial e administração condominial presentes. Foram identificadas as práticas de gestão contábil que se alinham com as boas práticas e aquelas que podem ser aprimoradas. Ao final da análise, foram formuladas propostas de melhoria para a gestão contábil do condomínio, baseadas nas evidências encontradas e nas melhores práticas identificadas na literatura.

4 ANÁLISE DE DADOS

A análise do processo de implementação da gestão contábil no condomínio estudado evidencia, inicialmente, a ausência de práticas estruturadas de controle e planejamento financeiro contábil, resultando em fragilidades operacionais, inconsistências no rateio de despesas e baixa transparência na prestação de contas. Verificou-se que, em seu estágio inicial, o condomínio não adotava critérios técnicos adequados, especialmente no que se refere à forma de rateio das despesas, que era realizada de maneira igualitária entre os condôminos, em desacordo com o previsto na convenção e na legislação vigente, a qual estabelece a utilização da fração ideal como base de distribuição.

Observou-se também a inexistência de controles gerenciais formais, como fluxo de caixa estruturado, relatórios detalhados e acompanhamento sistemático das obrigações financeiras, comprometendo a confiabilidade das informações e o processo decisório. Tal cenário reforça o entendimento teórico de que a contabilidade gerencial atua como instrumento essencial de apoio ao planejamento, controle e tomada de decisões, conforme evidenciado por estudos anteriores.

Diante desse contexto, iniciou-se um processo de reestruturação da gestão financeira, com a implantação gradual de ferramentas da contabilidade gerencial. Inicialmente, foi realizado um levantamento detalhado das receitas, despesas, contratos e obrigações existentes, permitindo a identificação de inconsistências e falhas operacionais. A partir desse diagnóstico, desenvolveu-se uma planilha gerencial para o acompanhamento contínuo das movimentações financeiras, caracterizando a adoção de um instrumento de controle de fluxo de caixa, fundamental para o monitoramento da liquidez e da capacidade de pagamento.

O início do exercício de 2025 no condomínio estudado foi caracterizado por uma transição complexa entre os valores orçamentários projetados na fase de incorporação e a realidade operacional após a entrega da obra. Inicialmente, a construtora estipulou em minuta uma estimativa de taxa condominial ordinária na importância de aproximadamente R$ 622,00 mensais por unidade habitacional, calculada com base na projeção teórica das frações ideais sobre as despesas estimadas. A Tabela 3 apresenta as despesas consolidadas do 1º Trimestre de 2025.

Tabela 3
Despesas Consolidadas do 1º Trimestre de 2025 (Com Análise Vertical)

Despesas	Janeiro	%	Fevereiro	%	Março	%
Salários e encargos	0,00	*0,0%*	2.326,11	*16,0%*	3.928,52	*29,2%*
Energia elétrica (COPEL)	0,00	*0,0%*	1.231,29	*8,5%*	1.295,63	*9,6%*
Água e saneamento (SANEPAR)	0,00	*0,0%*	1.995,32	*13,8%*	965,49	*7,2%*
Elevadores	0,00	*0,0%*	1.801,32	*12,4%*	1.732,02	*12,9%*
Segurança (Inviolável)	0,00	*0,0%*	5.550,00	*38,3%*	4.000,00	*29,7%*
Contabilidade	0,00	*0,0%*	900,00	*6,2%*	900,00	*6,7%*
Fundo de reserva	0,00	*0,0%*	690,20	*4,8%*	641,08	*4,8%*
Total do período	0,00	0,0%	14.494,24	100,0%	13.462,74	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A análise do período inicial de gestão do condomínio evidenciou uma significativa divergência entre as despesas projetadas pela construtora e a realidade operacional observada após a entrega do empreendimento. Aparecem também para o mês de janeiro, saldos integralmente zerados, decorrente de marco temporal estabelecido para a pesquisa, que teve início a partir do fechamento deste mesmo mês, e falta dos documentos fiscais do período.

Durante o primeiro trimestre, o diagnóstico contábil identificou falhas relevantes na contabilização dos custos com pessoal. Encargos trabalhistas, benefícios e impostos incidentes sobre a folha de pagamento eram registrados de forma unificada, comprometendo a análise dos gastos. Além disso, não existiam provisões para férias e décimo terceiro salário. Para corrigir essas inconsistências, foi realizada a

parametrização das contas contábeis e implantado o provisionamento das obrigações trabalhistas com base no regime de competência.

Paralelamente, foi promovida uma revisão dos contratos de prestação de serviços, resultando na renegociação de valores e na redução média de 27% dos custos de manutenção. A combinação dessas medidas com a aplicação correta do rateio pela fração ideal possibilitou a adequação da cota condominial aos valores inicialmente previstos.

Outro fator relevante para o equilíbrio financeiro foi a revisão do sistema de cobrança do consumo de água. Embora o condomínio possuísse hidrômetros individuais, a cobrança era realizada de forma igualitária entre os moradores. Com a implantação da leitura individualizada, cada unidade passou a arcar com seu consumo efetivo, promovendo maior justiça na distribuição dos custos.

Ao longo do processo, também houve aprimoramento na classificação das despesas e na elaboração de relatórios gerenciais periódicos, tornando as informações mais transparentes e úteis para a tomada de decisão. Essas práticas fortaleceram a prestação de contas e contribuíram para aumentar a confiança dos condôminos na administração.

Por fim, a regularização dos procedimentos relacionados à gestão de pessoal e a adoção de controles operacionais mais eficientes demonstraram a evolução da administração para um modelo de gestão alinhado às boas práticas contábeis e administrativas. Como resultado, observou-se maior equilíbrio financeiro, redução de riscos trabalhistas e aprimoramento da transparência e da eficiência na gestão condominial. Em seguida, a Tabela 4 apresenta as Despesas Consolidadas do 2º Trimestre de 2025, seguida por sua análise.

Tabela 4
Despesas Consolidadas do 2º Trimestre de 2025 (Com Análise Vertical)

Despesas	Abril	%	Maio	%	Junho	%
Salários e encargos	4.028,52	*31,4%*	4.028,52	*31,9%*	4.041,46	*31,5%*
Energia elétrica (COPEL)	1.281,20	*10,0%*	1.268,64	*10,0%*	1.319,54	*10,3%*
Água e saneamento (SANEPAR)	290,10	*2,3%*	116,87	*0,9%*	35,97	*0,3%*
Elevadores	1.732,02	*13,5%*	1.732,02	*13,7%*	1.732,02	*13,5%*
Segurança (Inviolável)	4.000,00	*31,1%*	4.000,00	*31,6%*	4.000,00	*31,2%*
Contabilidade	900,00	*7,0%*	900,00	*7,1%*	900,00	*7,0%*
Fundo de reserva	611,59	*4,8%*	602,30	*4,8%*	610,41	*4,8%*
Outras despesas	-	*0,0%*	-	*0,0%*	179,20	*1,4%*
Total do período	11.942,44	100,0%	11.676,48	100,0%	11.819,60	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

No decorrer do segundo trimestre de 2025, o condomínio passou a colher os resultados práticos da reestruturação administrativa e dos novos controles gerenciais implantados, conforme evidenciado nos dados consolidados da Tabela 4. A cota condominial apresentou estabilização, consolidando o alinhamento com os valores originalmente projetados em minuta pela construtora na entrega do empreendimento.

O início deste segundo ciclo trimestral foi marcado pelo impacto positivo

direto da parametrização e individualização do consumo de água. Com a correta apuração e distribuição dos valores consumidos individualmente pós-relógio principal, registrou-se uma nova queda na taxa condominial.

Nas etapas subsequentes do trimestre, observou-se um cenário de acentuada previsibilidade e estabilidade financeira. As despesas operacionais e administrativas do condomínio mantiveram-se constantes, sem variações significativas em suas respectivas contas de resultado. A conta de "Salários e encargos" permaneceu linear representando 31,4% em abril e 31,5% em junho, refletindo a eficácia do provisionamento por competência adotado. De forma semelhante, os outros custos com preservaram sua regularidade.

Do ponto de vista da contabilidade gerencial, a ferramenta essencial utilizada para fundamentar essa evolução foi a Análise vertical integrada ao orçamento do condomínio. A aplicação da Análise permitiu a avaliação exata da representatividade de cada grupo de despesa sobre o custo operacional total do condomínio, viabilizando a identificação de distorções históricas e direcionando as decisões estratégicas da administração.

Essa ferramenta contribuiu diretamente para o aprimoramento da transparência na prestação de contas aos condôminos, garantindo a previsibilidade orçamentária, mitigando riscos de déficits financeiros e assegurando uma distribuição justa e legal das obrigações condominiais. A Tabela 5 apresenta as Despesas Consolidadas do 3º Trimestre de 2025, seguida por sua análise.

Tabela 5
Despesas Consolidadas do 3º Trimestre de 2025 (Com Análise Vertical)

Despesas	Julho	%	Agosto	%	Setembro	%
Salários e encargos	4.037,36	*31,6%*	4.037,36	*29,1%*	4.488,33	*29,7%*
Energia elétrica (COPEL)	580,78	*4,5%*	1.226,20	*8,8%*	1.199,46	*7,9%*
Água e saneamento (SANEPAR)	303,33	*2,4%*	153,82	*1,1%*	-	*0,0%*
Elevadores	2.003,49	*15,7%*	1.732,02	*12,5%*	1.732,02	*11,4%*
Segurança (Inviolável)	4.000,00	*31,3%*	4.000,00	*28,8%*	4.000,00	*26,4%*
Contabilidade	900,00	*7,0%*	900,00	*6,5%*	900,00	*5,9%*
Seguro predial	-	*0,0%*	907,73	*6,5%*	907,73	*6,0%*
Outras despesas	360,85	*2,8%*	276,40	*2,0%*	1.179,22	*7,8%*
Fundo de reserva	609,28	*4,8%*	661,67	*4,8%*	720,29	*4,8%*
Total do período	13.594,09	100,0%	14.050,09	100,0%	15.127,05	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

O terceiro trimestre de 2025 começou com estabilidade operacional, mantendo o padrão do ciclo anterior: as despesas de julho totalizaram R$ 13.594,09. Nesse período, a análise contábil e administrativa identificou uma falha grave de conformidade legal, a inexistência de um contrato de seguro condominial vigente, item de contratação obrigatória, levando a gestão a agir imediatamente para regularizar a situação patrimonial do empreendimento.

Em agosto, as despesas subiram cerca de 9% em relação ao mês anterior, chegando a R$ 14.050,09, reflexo direto da contratação do "Seguro predial", com

mensalidade de R$ 907,73 (6,5% do total de agosto e 6,0% em setembro). Essa medida trouxe a segurança jurídica e patrimonial que faltava ao condomínio, corrigindo a desconformidade identificada anteriormente.

O trimestre se encerrou em setembro com nova alta nos custos, totalizando R$ 15.127,05, motivada pela homologação da convenção coletiva de trabalho da categoria. O reajuste salarial elevou a conta "Salários e encargos" de R$ 4.037,36 (29,1%) em agosto para R$ 4.488,33 (29,7%) em setembro, impactando em cascata a folha de pagamento, os impostos, os benefícios e as provisões de férias e décimo terceiro, conforme o regime de competência. A análise das demonstrações contábeis e das variações percentuais de cada evento permitiu à gestão antecipar esses impactos na cota condominial e provisionar os recursos com precisão, preservando a transparência perante os condôminos. Por fim, apresenta-se a Tabela 6, com as despesas consolidadas no 4º Trimestre de 2025, com a análise a seguir.

Tabela 6
Despesas Consolidadas do 4º Trimestre de 2025 (Com Análise Vertical)

Despesas	Outubro	%	Novembro	%	Dezembro	%
Salários e encargos	4.441,44	*31,5%*	4.487,44	*29,4%*	4.487,44	*28,2%*
Energia elétrica (COPEL)	1.377,91	*9,8%*	1.343,54	*8,8%*	1.341,70	*8,4%*
Água e saneamento (SANEPAR)	79,74	*0,6%*	218,02	*1,4%*	184,77	*1,2%*
Elevadores	1.732,02	*12,3%*	1.950,37	*12,8%*	2.079,72	*13,1%*
Segurança (Inviolável)	4.000,00	*28,3%*	4.000,00	*26,2%*	4.000,00	*25,2%*
Contabilidade	900,00	*6,4%*	900,00	*5,9%*	900,00	*5,7%*
Seguro predial	907,73	*6,4%*	907,73	*6,0%*	907,73	*5,7%*
Outras despesas	-	*0,0%*	1.446,26	*9,5%*	1.987,05	*12,5%*
Fundo de reserva	671,94	*4,8%*	-	*0,0%*	-	*0,0%*
Total do período	14.110,78	100,0%	15.368,36	100,0%	15.888,41	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

No quarto trimestre de 2025, o condomínio manteve um comportamento financeiro estável e planejado. Em outubro, as despesas ficaram em R$ 14.110,78, dentro do previsto no orçamento. Em novembro, houve alta para R$ 15.368,36, puxada por manutenções preventivas e benfeitorias na área externa (R$ 1.446,26, ou 9,5% do orçamento), previamente aprovadas em assembleia o que levou à suspensão temporária dos aportes ao fundo de reserva em novembro e dezembro para priorizar essas obras. Em dezembro, as despesas subiram ainda mais, para R$ 15.888,41, devido a gastos programados com conservação predial e serviços obrigatórios de manutenção (R$ 1.987,05, ou 12,5% do total).

Conclui-se que esses aumentos não representaram descontrole financeiro, mas sim o cumprimento de um cronograma técnico de investimentos definido previamente. O controle orçamentário e o planejamento permitiram executar essas manutenções sem comprometer a saúde financeira do condomínio, e a contabilidade gerencial teve papel central em demonstrar aos condôminos, de forma transparente, que a elevação dos custos decorreu de uma gestão planejada reforçando a legitimidade administrativa e a valorização do patrimônio.Após análise por trimestre, a Tabela 7 apresenta com comparativo com as principais variações identificadas.

Tabela 7
Comparativo trimestral das despesas.

Período comparado	Principais variações identificadas / Análise das diferenças
1º Trimestre (Jan./Fev./Mar.)	Redução significativa nas despesas operacionais e reorganização contábil das contas trabalhistas e administrativas.
2º Trimestre (Abr./Mai./Jun.)	Estabilidade das despesas e manutenção do equilíbrio financeiro.
3º Trimestre (Jul./Ago./Set.)	Aumento gradual das despesas operacionais e inclusão do seguro obrigatório predial.
4º Trimestre (Out./Nov./Dez.)	Crescimento das despesas extraordinárias relacionadas à manutenção e melhorias estruturais.

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

O primeiro trimestre foi marcado pela implantação da gestão contábil no condomínio, com a separação adequada das despesas trabalhistas, renegociação de contratos com fornecedores e início da individualização do consumo de água, o que reduziu os custos operacionais e a taxa condominial. Após a implementação dos controles gerenciais, o condomínio passou a apresentar maior previsibilidade financeira, com despesas estáveis e eficiência no planejamento orçamentário e no acompanhamento do fluxo de caixa. Ainda nesse período, ajustes legais importantes, como a contratação do seguro obrigatório e o reajuste salarial decorrente da convenção coletiva elevaram a taxa condominial prevista inicialmente.

No último trimestre, as despesas aumentaram em razão de investimentos aprovados em assembleia, como melhorias na área externa, manutenção predial e dedetização. A análise dos dados evidenciou uma limitação estrutural ligada ao número de unidades habitacionais, que impacta diretamente o valor da taxa condominial, mostrando que o valor previsto pela incorporadora não era compatível com a realidade operacional do empreendimento, o que reforça a importância do planejamento adequado já na fase de concepção do projeto.

A análise cronológica da reestruturação do condomínio mostrou que a introdução de artefatos da contabilidade gerencial funcionou como ponto de transição entre uma administração desorganizada e um modelo profissionalizado de governança. Esse cenário inicial de vulnerabilidade dialoga com Santos (2017), que identificou falhas recorrentes na administração de condomínios ligadas à falta de documentação e de critérios técnicos, reforçando a necessidade de profissionalização d A correção do rateio de despesas no primeiro trimestre gerou justiça fiscal e estabilidade tarifária, alinhando-se ao estudo de Queiroga (2019) sobre a importância de critérios justos no rateio. Da mesma forma, a implantação das provisões trabalhistas sob o regime de competência reduziu riscos de passivos trabalhistas, confirmando o posicionamento de Oliveira e Pereira (2021) sobre a necessidade de gestão técnica das obrigações de pessoal.

A estabilização orçamentária do segundo trimestre confirmou o acerto da aplicação conjunta da Análise Vertical e do Controle de Fluxo de Caixa, corroborando Feliciano e Leal (2012) e Badue, Silva e Leal (2009). Já os picos financeiros do terceiro e quarto trimestres, decorrentes de despesas compulsórias, foram tecnicamente isolados e explicados pelos relatórios gerenciais, mostrando que não houve descontrole administrativo, resultado que se alinha ao estudo de Gaboardi et al. (2019) sobre o papel da informação contábil parametrizada na tomada de decisão.

Por fim, a limitação estrutural do número de unidades evidenciou a necessidade de ferramentas de longo prazo, e a resposta da administração, combinando controle orçamentário e manutenção preventiva demonstrou que os artefatos gerenciais vão além da obrigação fiscal, como aponta Lourenço (2021). A gestão de custos se consolidou como pilar da reestruturação financeira, permitindo identificar distorções e distribuir

despesas de forma mais justa, conforme Reis et al. (2013). No geral, os resultados confirmam que a contabilidade gerencial contribuiu para maior controle financeiro e patrimonial, transparência e eficiência administrativa no condomínio estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo confirma que a contabilidade gerencial auxilia diretamente a gestão condominial ao fornecer instrumentos de controle, planejamento e análise capazes de identificar falhas, corrigir distorções e fundamentar as decisões do síndico. No condomínio investigado, as fragilidades identificadas foram resolvidas a partir da implantação dessas ferramentas, alinhadas à legislação, resultando em justiça fiscal na distribuição das despesas comuns, redução de custos operacionais por meio da renegociação contratual, mitigação de riscos trabalhistas e patrimoniais, maior previsibilidade orçamentária e fortalecimento da transparência e da confiança dos condôminos na administração.

Cumpriu-se o objetivo proposto ao evidenciar que os artefatos gerenciais transcendem a mera obrigação fiscal e legal. A pesquisa documental demonstrou uma clara evolução cronológica: partiu-se de um estágio inicial de desorganização, marcado por rateios inadequados e falta de provisões trabalhistas, para um modelo de gestão profissionalizado e eficiente. A identificação tempestiva de falhas estruturais, como a ausência inicial de seguro predial obrigatório e a aglutinação incorreta de verbas na folha de pagamento, permitiu correções embasadas no regime de competência e na legislação vigente, salvaguardando o patrimônio coletivo.

Conclui-se que a contabilidade gerencial exerce papel fundamental na administração condominial, fornecendo informações relevantes, confiáveis e tempestivas para a gestão. Sua aplicação contribui para a transparência, a eficiência e a sustentabilidade financeira do condomínio, além de promover maior confiança entre os envolvidos, consolidando-se como instrumento indispensável tanto para o controle do presente quanto para o planejamento do futuro do empreendimento.

Como limitação do estudo, cita-se a análise restrita a um único caso e a um exercício social delimitado, recomendando-se, para pesquisas futuras, estudos multicasos comparativos que analisem o impacto econômico dessas ferramentas em diferentes perfis e portes de condomínios da região.

Como contribuição prática, a pesquisa atua como guia metodológico para síndicos, administradores e conselheiros fiscais, especialmente em Foz do Iguaçu e região, demonstrando que ferramentas de controladoria e parametrização contábil são viáveis e indispensáveis também em condomínios de pequeno e médio porte. No âmbito acadêmico, o estudo preenche uma lacuna relevante ao fornecer dados quantitativos reais, como a aplicação sistemática da análise vertical ao longo de um exercício social completo, enriquecendo um campo ainda escasso de publicações detalhadas no cenário nacional.

Por fim, sugerem-se caminhos para investigações futuras: comparar o comportamento de custos e a eficiência operacional entre condomínios geridos por síndicos moradores e por síndicos profissionais ou administradoras terceirizadas; investigar o impacto financeiro de longo prazo e o real índice de inadimplência; analisar a percepção dos condôminos quanto à transparência a partir de auditorias contábeis preventivas periódicas; e auditar as minutas orçamentárias elaboradas por construtoras na fase de lançamento, identificando as causas técnicas dos erros de previsão orçamentária.

REFERÊNCIAS

Badue, B., Silva, T. D., & Leal, E. A. (2020). Análise do uso da informação contábil gerencial na administração de condomínios: um estudo com os síndicos. Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC.

Conselho Federal de Contabilidade. (2017). ITG 2005 (R1): Entidade sem finalidade de lucros. CFC.

Crepaldi, S. A., & Crepaldi, G. S. (2014). Contabilidade gerencial: teoria e prática. Atlas.

De Oliveira, V. S. L., & Da Silva Pereira, R. (2021). O uso da contabilidade pela gestão dos condomínios: uma análise das obrigações acessórias em uma administradora localizada em João Pessoa–PB. Revista Campo do Saber, 7(2), 1–15.

Dos Santos, S. M., & Souza, D. S. (2022). Uso da contabilidade gerencial como ferramenta de apoio na administração condominial. ConTexto – Contabilidade em Texto, 22(51), 75–87.

Espíndola, M. N., & De Melo, J. A. M. (2019). Benefícios da gestão financeira: um estudo de caso em um condomínio residencial do Distrito Federal. Negócios em Projeção, 10(1), 1–13.

Feliciano, P. P. dos S., & Leal, E. A. (2012). A utilização da informação contábil gerencial na gestão de condomínios: um estudo com os síndicos. ConTexto – Contabilidade em Texto, 12(22), 119–129.

Gaboardi, R., De Oliveira, F. N., De Souza, G. J., & Padilha, D. S. (2019). Modelo de gestão contábil e a parametrização nas prestações de contas em condomínios. Redeca – Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos, 6(2), 87–102.

Garrison, R. H., Noreen, E. W., & Brewer, P. C. (2013). Contabilidade gerencial (14ª ed.). AMGH.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (4ª ed.). Atlas.

Gil, A. C. (2009). Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir o relatório. Atlas.

Horngren, C. T. (2014). Contabilidade gerencial (15ª ed.). Pearson.

Horngren, C. T., Foster, G., & Datar, S. M. (2000). Contabilidade de custos (9ª ed.). LTC.

Lourenço, J. da S. (2021). O papel do contador na gestão estratégica em um condomínio residencial na cidade de Anápolis.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2007). Fundamentos de metodologia científica (6ª ed.). Atlas.

Marion, J. C. (2015). Análise das demonstrações contábeis (9ª ed.). Atlas.

Marion, J. C., & Ribeiro, O. M. (2014). Introdução à contabilidade gerencial. Saraiva.

Martins, E. (2018). Contabilidade de custos (11ª ed.). Atlas.

Oliveira, D. P. R. (2001). Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas (18ª ed.). Atlas.

Padoveze, C. L. (2010). Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil (6ª ed.). Atlas.

Queiroga, Í. de A. (2019). Rateio das despesas condominiais: uma nova interpretação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Reis, L. G., Soares, M. S., Trindade, A. F. R., & Molina, M. (2013). Custos condominiais e prestação de contas: uma análise empírica. Facesi em Revista, 5(1).

Richardson, R. J. (1999). Pesquisa social: métodos e técnicas (3ª ed.). Atlas.

Santos, R. R. dos, et al. (2017). Administração de condomínios: uma análise da responsabilidade da administração.

Santos, V. G. dos. (2024). Relevância das informações contábeis para a gestão condominial.